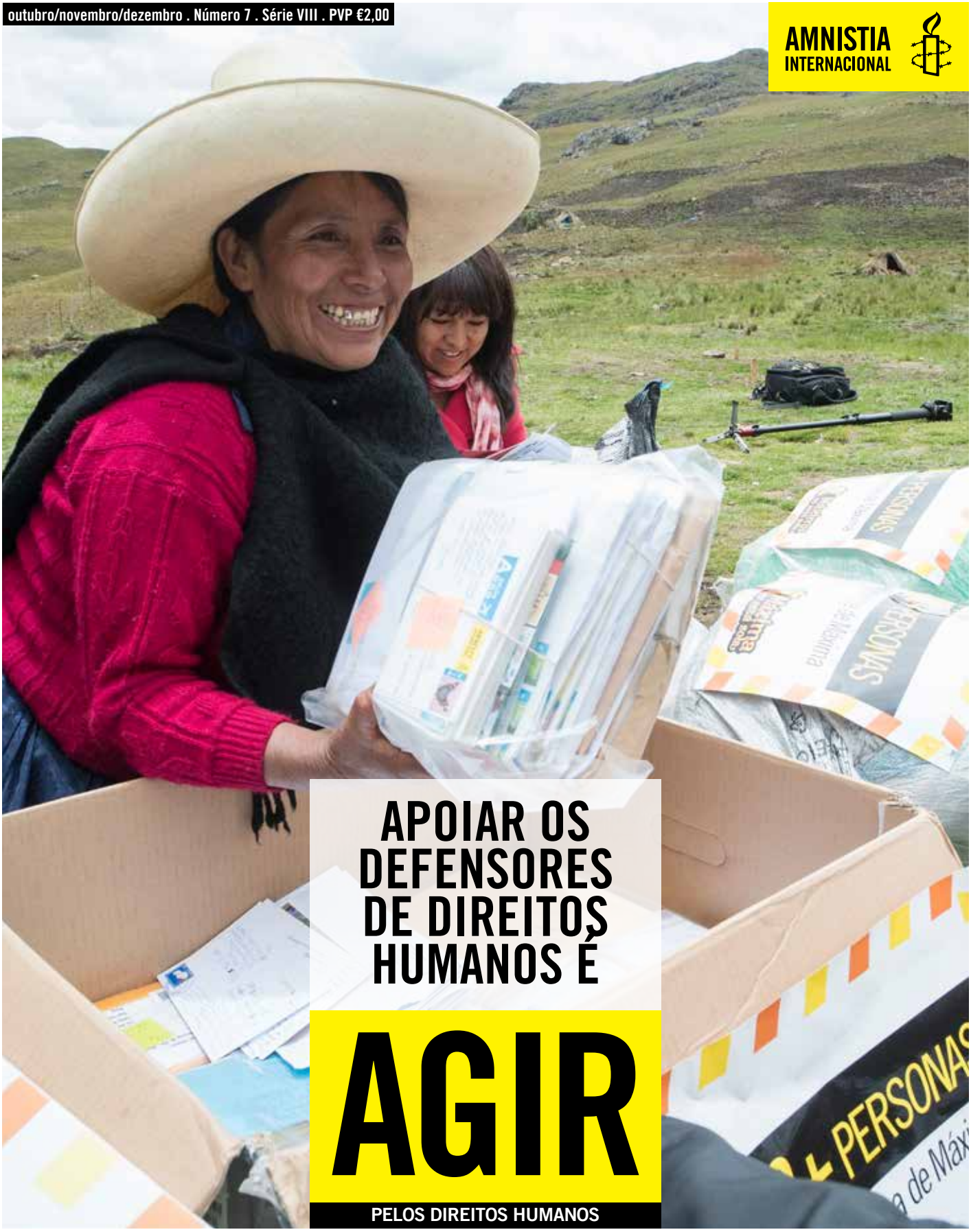
outubro/novembro/dezembro . Número 7 . Série VIII . PVP €2,00

AMNISTIA INTERNACIONAL



APOIAR OS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS É

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

ÍNDICE

04
NOTÍCIAS DA DIREÇÃO

06
DOSSIÊ – QUEM SÃO OS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS?

14
APELOS MUNDIAIS

18
ENTREVISTA A ANNA NEISTAT

24
MOSES – UM CASO DE SUCESSO DA MARATONA DE CARTAS

CAPA A defensora de direitos humanos Máxima Acuña a receber as centenas de milhares de cartas de solidariedade vindas de todo o mundo, na sequencia da Maratona de Cartas. © Amnesty International

A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE Amnistia Internacional Portugal
DIRETORA Susana C. Gaspar (presidente da Direção)
EDITOR Pedro A. Neto (diretor executivo)
EQUIPA REDATORIAL Irene Rodrigues e Paulo Fontes
COLABORAM NESTE NÚMERO Departamento de Angariação de Fundos, Direção AI Portugal, Dulce Furtado, Inês Avelãs, Irene Rodrigues, Joana Martins, José Tavares, João Labrincha, Luisa Marques, Manuel Coutinho e Pedro Neto.
REVISÃO Leonor Borges e Inês Espojeira
CONCEÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO Daniela Graça
IMPRESSÃO Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA INTERNACIONAL

CONTACTOS
Amnistia Internacional Portugal
Rua do Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

Email: revista@amnistia.pt
Email: info@amnistia.pt
(assuntos relacionados com donativos mensais)

www.amnistia.pt
facebook.com/aiportugal
twitter.com/AmnistiaPT
instagram.com/amnistia_pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

EDITORIAL

Em dezembro celebram-se três datas importantes para os direitos humanos. O Dia Internacional do Voluntariado, a 5 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a 10 de dezembro, e outro menos conhecido, o Dia dos Defensores dos Direitos Humanos, a 9 de dezembro. Este dia celebra-se porque os países das Nações Unidas reconheceram a importância do trabalho desenvolvido por estas pessoas e os perigos que enfrentam para o fazer. Como instrumento de reconhecimento e proteção, proclamaram, por unanimidade, a Declaração dos Defensores de Direitos Humanos. Contudo, os mesmo Estados que a proclamaram ainda não a cumprem. Verifica-se a sua inação perante as ameaças e ataques contra Defensores de Direitos Humanos em muitos países.

Com a Brave - campanha pelos defensores de direitos humanos, a Amnistia Internacional pretende, da parte dos Estados, o reconhecimento da importância e a criação e implementação de legislação que proteja os e as defensoras de direitos humanos e ao seu trabalho. Para que que isto aconteça precisamos de dar a conhecer quem são, denunciar a perseguição de que são alvo e fazer pressão junto dos Estados para que garantam um ambiente seguro para a sua ação. É aos Brave que dedicamos o dossiê.

Nesta edição contamos ainda com uma entrevista a Anna Neistat, a diretora de Investigação da Amnistia Internacional, que esteve em Portugal em outubro para falar sobre o trabalho de investigação da organização.

Também Moses Akatugba, o jovem nigeriano que esteve dez anos no corredor da morte, visitou Portugal em dezembro e foi alvo da nossa atenção nesta edição. Ele que foi um dos casos da campanha STOP Tortura e da maratona de cartas de 2014, veio falar com os ativistas sobre como os apelos, petições, as ações de rua e toda a mobilização das pessoas foram importantes para a sua libertação e lhe deram força para, agora, querer ser ativista para ajudar outros.

Na AGIR há, ainda, espaço para o Encontro de Estruturas que se realizou em setembro, espaço para a tour da Bravemobile que levou a campanha Brave a mais cidades e ainda o espaço habitual para conhecer a nossa equipa executiva.

Por fim, relembramos a importância de assinar os postais nas páginas centrais. Pode parecer um gesto pequeno, uma simples assinatura, mas que dá resultado. São ações pequenas, realizadas por muitas pessoas que se tornam fortes e dão lugar à mudança. Esta mudança pode ser em forma de liberdade e dela damos conta nas boas notícias de cada revista.

Boas festas e boas leituras.

Obrigada

Irene Rodrigues – coordenadora editorial

CALENDÁRIO DE ATIVISMO

JANEIRO

27 Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto

FEVEREIRO

6 Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina

12 Dia Internacional Contra a Utilização de Crianças-Soldados

MARÇO

8 Dia Internacional da Mulher

21 Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial

24 Dia Internacional para o Direito à Verdade relativa a graves violações de direitos humanos e para a Dignidade das Vítimas

Todas as sextas-feiras, às 12h30 e às 18h30, CASOS DA AMNISTIA, o programa de rádio da Antena 2 com a Amnistia Internacional Portugal. Damos a conhecer histórias de pessoas, ativistas e defensores dos direitos humanos e do seu contributo para garantir os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Programas disponíveis em: http://www.rtp.pt/play/p3077/casos-da-aministia

UMA AMNISTIA MAIOR, MAIS FORTE, MAIS DIVERSIFICADA

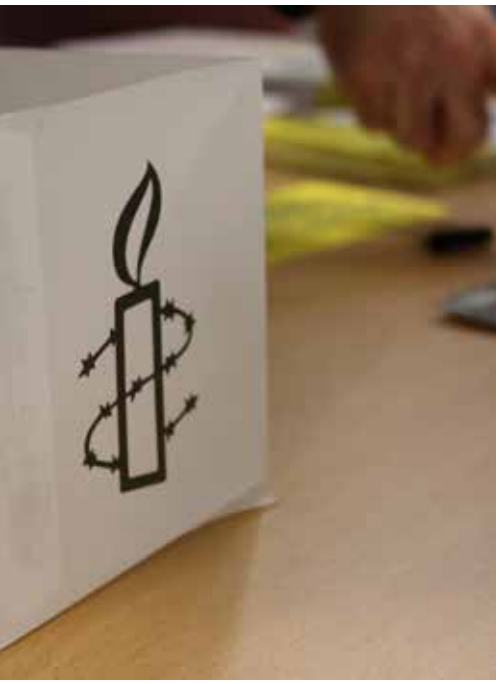
ESPAÇO SOBRE AS ATIVIDADES DE GOVERNANÇA DA DIREÇÃO DA AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL

No cumprimento do ato eleitoral realizado na Assembleia Geral Ordinária, que teve lugar no passado dia 9, esta Direção cessa o seu mandato no final do ano. É, portanto, o momento adequado para um breve balanço sobre os principais passos e metas do percurso iniciado em abril de 2015 e que agora se encerra. Talvez a melhor forma seja começar pelo fim, assinalando um dado sintomático que poderá ter suscitado alguma estranheza junto de alguns membros: as eleições foram antecipadas para dezembro, quando seria expectável que ocorressem apenas em abril, de modo a perfazer, com precisão, três anos de mandato. Esta antecipação justificou-se pela conveniência de alinhar, de maneira mais eficaz, o ritmo do funcionamento institucional da associação: temos o Plano Operacional e o Orçamento aprovados para 2018, em consonância com o Plano Estratégico, o que torna desejável, portanto, que a nova Direção esteja em plenas funções desde o início do ano. Além disso, fica também mais claro o triénio para os eleitos e garante-se uma melhor transição entre mandatos dos órgãos sociais, com documentação previamente aprovada, o que irá suceder, novamente, para aprovação de novo Plano Estratégico para o próximo triénio 2019-2021.

Este ajustamento consubstancia, de alguma forma, todo o trajeto de quase três anos de trabalho: tornar a AI – Portugal mais eficaz, mais unida, mais transparente e mais bem sintonizada com o movimento internacional, de forma a maximizar o esforço comum de cumprimento da sua Visão, Missão e Valores. Para esse efeito, procurámos

corresponder à confiança depositada em cada um de nós, cumprindo integralmente as funções estatutárias da Direção, em articulação com as novas exigências definidas pelos Core Standards do movimento global.

O primeiro compromisso de uma Direção eleita é para com os membros e as estruturas operacionais da Secção; melhorámos, portanto, os canais de comunicação e os processos de transparência e de participação, criando uma newsletter, renovando a revista AGIR e disponibilizando-nos para o contacto próximo, de forma a acolher sugestões e a corresponder às aspirações de todos/as. Foi igualmente necessário dar continuidade ao trabalho de reforma dos documentos orientadores



©Amnistia Internacional

da Secção Portuguesa, e essa foi uma tarefa morosa, que exigiu esforço e dedicação de todos os envolvidos e que foi concluída em tempo útil: revisão dos Estatutos, dos diversos regulamentos (eleitoral, da Assembleia Geral e do Conselho Geral) e das NEREOP. Em simultâneo, teve de se reforçar a Equipa Executiva, melhorar o seu desempenho e desenvolver um novo e mais frutuoso relacionamento de trabalho com a Direção. A Equipa conta hoje com um novo organograma, um novo Diretor Executivo e novas dinâmicas de trabalho, estando já em vigor uma Política de Recursos Humanos e um protocolo de entendimento entre Direção e Diretor/a Executivo (de acordo, aliás, com os termos dos novos estatutos).

Não podemos deixar de mencionar o recente Programa de Desenvolvimento de Liderança, realizado em Ílhavo, Aveiro, que contou com a participação de 20 pessoas, entre membros e/ou coordenadores de estruturas operacionais, membros com mais ou menos experiência, mas que demonstraram forte potencial de liderança. Conforme fomos discutindo no decorrer do encontro, a liderança não é só um "estatuto" ou lugar. Liderar é iluminar o caminho, sem o fazer sozinho, ou seja, não existe liderança se não houver quem a apoie. A liderança partilhada no movimento internacional, entre voluntários e profissionais é, aliás, um forte exemplo dessa relação complexa, mas imprescindível. São os membros que tornam este movimento internacional único: uma organização que vai além de escritórios de trabalho, para marcar uma presença forte nas ruas, nos jornais, nas televisões, nos parlamentos, assembleias, eventos, conferências, escolas. Somos todos nós que contribuímos para a força da organização e, ao fazê-lo, permitimos que essa força seja cada vez mais inabalável.

Está prevista uma nova edição deste programa de liderança, no plano operacional de 2018, reconhecendo-se esta capacitação como uma prioridade, não somente em anos eleitorais, mas em todos os anos intermédios.

Por fim, a Direção trabalhou em sintonia com o movimento internacional, sendo de destacar os contactos próximos com várias secções, nomeadamente a da Suíça e a da Espanha, a fim de reconhecer e adotar boas práticas de trabalho e de funcionamento. Fomos acompanhados por um Working Group internacional, que nos ajudou a superar dificuldades e a resolver conflitos. Estivemos presentes no ICM de 2015 e no de 2017, durante o qual ficou concluída a reforma de governança, mantivemos proximidade com a Direção Internacional e estivemos atentos às preocupações e consultas do secretariado internacional. Hoje, embora novas tarefas estejam ainda em curso, a AI – Portugal é reconhecida como um exemplo de sucesso na adoção das reformas e adaptações às novas exigências do movimento.

Todo o trabalho realizado poderia não passar de um simples cumprimento de obrigações estatutárias ou de ajustamentos formais, mas seria inconsequente se tal não se materializasse numa real melhoria do funcionamento, da eficácia e do crescimento da Secção, o que efetivamente ocorreu e está em curso. Temos orçamentos discutidos e aprovados em tempo útil, planos operacionais devidamente amadurecidos e articulados com o plano estratégico em execução e, para tal, foi imprescindível o apoio do Diretor Executivo, que integrou a equipa executiva da nossa secção, em maio de 2016.

Os desafios são sempre maiores que as tarefas realizadas, a luta em prol dos Direitos Humanos é sempre mais importante que os sucessos obtidos. A defesa pelos Direitos Humanos prossegue, o trabalho também. À nova Direção desejamos os maiores êxitos, sejam bem-vindos/as.

Direção
Amnistia Internacional Portugal

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, QUEM SÃO?

Quem são os defensores dos direitos humanos? São pessoas que defendem o direito de todos a pensar, a expressar-se e a reunir livremente com outras pessoas. É quem luta pelo direito ao acesso a cuidados de saúde e a educação e a ser tratado de forma justa. São quem defende o direito a amar quem quisermos e são pessoas que tentam ajudar.

São qualquer pessoa que, de forma pacífica, aja ativamente para promover os direitos humanos.

Pode ser um jornalista a lutar pela liberdade de expressão ou um advogado a defender um caso de direitos humanos. Pode ser uma comunidade rural a lutar contra a degradação do ambiente do seu território ou um grupo de jovens a lutar pela promoção da democracia e respeito pelos direitos humanos.

Por se preocuparem e combaterem as injustiças para defender os direitos humanos ficam eles próprios em perigo. Enfrentam perseguição, ameaças, prisão, detenção, tortura, desaparecimentos forçados e morte. E estas ameaças não vêm só dos estados ou das autoridades. Vêm também das grandes empresas nacionais e internacionais ligadas à exploração de recursos naturais e a grandes projetos de desenvolvimento e infraestruturas, em situações de conflitos armados ou com grupos ligados ao crime organizado.

É, por isso, avassaladora a resiliência e empenho que demonstram no seu trabalho.

A campanha BRAVE, que a Amnistia lançou em 2016, pretende alertar para os perigos que enfrentam estes defensores. É essencial mobilizar a comunidade de ativistas em todo o mundo para atuarem no sentido de proteger os defensores de direitos humanos (DDH) para que possam realizar o seu trabalho.

São um exemplo para todos nós.

Que perigos enfrentam?

A defensora dos direitos humanos (DDH) Berta Caceres, das Honduras, foi assassinada no dia 2 de março de 2016. Homens armados invadiram a casa de Berta e disparam sobre ela. Foi assassinada por causa do seu trabalho de defesa e promoção de direitos humanos.

O seu caso ilustra os enormes problemas que enfrentam aqueles que defendem os direitos ambientais e o direito à terra nas Honduras.

Berta foi fundadora do COPINH (Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras) e trabalhava de forma incansável pelos direitos do povo indígena Lenca.

Entre 2013 e 2015, organizou protestos contra a construção do projeto hidroelétrico de Agua Zarca, devido aos riscos que este representava para o povo Lenca. Berta e os seus colegas do COPINH sofreram vários ataques e ameaças.

E a intimidação à comunidade defensora dos direitos humanos não acabou com a morte de Berta.

Em abril de 2016, membros da sua família e da comunidade foram atacados por homens armados num encontro internacional de povos indígenas. A polícia que estava no local não fez nada para impedir os ataques.

As investigações ao homicídio de Berta ainda continuam e já foram detidas várias pessoas suspeitas de estarem envolvidas na sua morte. Contudo, os seus familiares dizem estar

Berta Caceres com membros do COPINH e dos povos do Rio Blanco durante uma reunião para lembrar os membros da comunidade mortos durante os dois anos de luta.

©Goldman Environment Prize

a encontrar demasiadas dificuldades no acesso ao processo de investigação.

Este caso é um dos muitos exemplos dos crimes contra DDH em muitos países do mundo. Infelizmente, até os métodos são semelhantes. Os ataques contra DDH geralmente acontecem na sequência de várias ameaças e avisos, que raramente são investigadas ou punidas.

Os casos mais graves acabam com assassinatos e os responsáveis ficam, frequentemente, impunes.

As organizações e as famílias dos que morrem lutam, por vezes, durante anos para que se faça justiça, mas nem sempre o conseguem.

Pior ainda: a luta e os esforços para que haja responsabilização acabam por colocar os familiares também em perigo, sofrendo ameaça atrás de ameaça. Há países onde estes ataques se materializam em raptos ou desaparecimentos forçados.

> **“ESTOU SEMPRE A PENSAR QUE POSSO SER MORTA OU RAPTADA. MAS RECUSO-ME A IR PARA O EXÍLIO. SOU UMA LUTADORA PELOS DIREITOS HUMANOS. NÃO VOU DESISTIR DA LUTA.”**
> BERTA CACERES

Mas há outras formas de boicotar o trabalho dos DDH sem recorrer à força física: está a tornar-se frequente os Estados recorrerem às leis (criminais, civis e administrativas) para os perseguir.

Com recurso a falsas acusações, são sujeitos a processos judiciais e detenções arbitrárias e são acusados de outras violações sem que sejam cumpridos padrões e práticas para julgamentos justos.

O recurso à criminalização das sua atividades tem o objetivo de descredibilizar os DDH, independentemente de houver condenação ou não.

São também alvo de campanhas de difamação, acusados de serem terroristas, defensores de criminosos, de serem antipatriotas, de serem “agentes estrangeiros” ou espiões, de serem corruptos, de serem “inimigos do estado” ou de “incitarem e provocarem desacatos” e de se oporem à moral e valores nacionais.

Na Arábia Saudita, Waleed Abu al-Khair, defensor dos direitos humanos

Manifestações da Amnistia pela libertação de Raif Badawi e de Waleed Abu al-Khair, seu advogado.

©Amnesty International/Henning Schacht

> **"SE NÃO TE MATAM, ARRUÍNAM A TUA VIDA. OS *TROLLS* GERAM UM CONSTANTE CLIMA DE MEDO E IMPEDEM AS PESSOAS DE FAZER PUBLICAÇÕES."**
> ALBERTO ESCORIA, DEFENSOR DE DIREITOS HUMANOS MEXICANO.

(DDH) e advogado foi, em 2014, condenado a 15 anos de prisão, a que se seguem mais 15 anos de proibição de viajar para o estrangeiro ao abrigo da lei de combate ao terrorismo de 2014.

Foi alvo de várias acusações, incluindo "desobediência à lei" e "de criar uma organização sem autorização [Observatório de Direitos Humanos na Arábia Saudita] ".

Foi advogado de defesa de vários ativistas pacíficos, incluindo do blogger Raif Badawi que está preso, além de ser um crítico aberto à situação dos direitos humanos na Arábia Saudita.

A vigilância (online e offline) é uma ferramenta utilizada pelos estados para controlar o trabalho dos DDH que, frequentemente, não conseguem sequer provar que estão a ser vigiados: seja pelas dificuldades técnicas ou por muitos dos métodos de vigilância utilizados serem secretos.

Mesmo quando não é possível provar que estão a ser vigiados, o simples facto de viverem sob esse constante receio constitui em si uma violação de direitos humanos.

As leis e práticas relativas à vigilância impedem o pleno exercício do direito à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, bem como o direito à privacidade.

Ales Bialiatski, presidente do Centro de Direitos Humanos Viasna, foi preso em 2011 com base em acusações de fuga aos impostos.

O Viasna providenciava ajuda às vítimas da repressão pós-eleitoral na Bielorrússia e as acusações contra si implicavam motivações políticas.

Ales contou à Amnistia Internacional: "partes da minha conversa por Skype com uma ONG polaca foram publicadas no jornal estatal. Estavam a tentar implicar-me em angariações de fundos para derrubar o regime, ou algo do género, mas, na verdade, estava a discutir a assistência às vítimas da repressão política."

©Amnesty International Czech Republic

Encontro dos ativistas da Amnistia com Ales Bialiatski em Praga, após a sua libertação motivada pela maratona de cartas.

As conversas foram publicadas imediatamente após a sua detenção.

TROLLS E CENSURA DA INTERNET

As redes sociais têm sido um terreno propício para o aparecimento de indivíduos que destabilizam através de mensagens ou comentários provocadores, maldosos ou violentos em sites de discussão pública. São os chamados trolls.

Muitos defensores dos direitos

humanos (DDH) e jornalistas são alvo de sofisticadas redes organizadas, por vezes financiadas por governos ou empresas privadas, para perseguir ativistas online, tirar-lhes credibilidade e intimidá-los, incluindo até o envio de ameaças de morte.

Estas redes de trolls passaram a fazer campanhas de desinformação: empregam pessoas para gerarem vários tópicos de discussão e assim colocarem em causa os DDH e jornalistas.

Carmen Aristegui é uma jornalista de investigação muito conhecida no seu país, o México. No decurso do seu trabalho, tem revelado vários casos de alegada corrupção no seio das elites ricas e poderosas mexicanas.

Nos últimos anos, a divulgação das suas reportagens de investigação motivaram um ataque coordenado e em grande escala de trolls, com o objetivo de a intimidar e desacreditar.

Em 2015, foi colocado um vídeo no facebook que a acusava de aceitar subornos de um empresário de telecomunicações mexicano. Seguiu-se uma ofensiva em grande escala no twitter, tornando imediatamente popular o tópico #LosSecretosdeAristegui.

Carmen agora dirige um portal independente de informação online. Estima que, em cada ataque de trolls, a capacidade de trabalho dos jornalistas diminui entre 20 a 50% por terem de neutralizar o ataque.

A censura da internet pode tomar várias formas e, em alguns casos, os estados usam o sistema de justiça para perseguir quem se expressa online. Um dos países em que isto acontece é o Cazaquistão, onde muitas pessoas foram presas ao abrigo de leis administrativas, simplesmente por terem declarado numa rede social a sua intenção de participar num protesto público.

A informação recolhida pelos DDH que é considerada sensível ou passível de representar uma ameaça política é bloqueada, violando numerosas obrigações em matéria de direitos humanos. A proliferação de leis que restringem a livre circulação e troca de informação online também limita a capacidade da sociedade civil comunicar.

©Amnesty International Marrocos

Workshop sobre direitos sexuais e reprodutivos organizado pela Amnistia Marrocos.

Em 2016, por exemplo, nas eleições presidenciais do Gabão, foi cortado o acesso à internet nos dois dias antes até cinco dias depois do ato eleitoral.

DIMINUIÇÃO DO ESPAÇO PARA A SOCIEDADE CIVIL

A liberdade de reunião pacífica é uma das ferramentas usadas pelos defensores dos direitos humanos (DDH) para desenvolver trabalho efetivo em direitos humanos e influenciar a mudança social.

Desde a Primavera Árabe (um dos exemplos desta realidade), os governos passaram a ver a mobilização como uma ameaça aos poderes instituídos por ser imprevisível, informal e ágil, com a capacidade de expor abusos de poder numa escala global.

Como resposta, manifestações pacíficas, greves, passeatas, comícios e protestos sentados são frequentemente considerados ilegais, mesmo quando não representam qualquer perigo para a segurança.

Na Coreia do Sul, apesar da constituição permitir a liberdade de reunião, a legislação obriga a tantos procedimentos, autorizações e notificações que torna quase impossível as reuniões públicas urgentes ou espontâneas.

A diminuição do espaço para a sociedade civil comprova-se na criação e aprovação de legislação que coloca restrições e dificuldades ao registo e financiamento de ONG.

Na Rússia, em junho de 2012, o Presidente Vladimir Putin aprovou legislação que passou a rotular as ONG de "agentes estrangeiros", sempre que recebessem financiamento do estrangeiro ou se estivessem envolvidas no que é definido de forma vaga como "atividades políticas".

A lei está a ser usada para

Ativistas LGBTI, na África do Sul, protestam contra a falta de progressos na investigação à morte de Noxolo Nogwaza, assassinada por ser lésbica.

©EPOC

desacreditar e perturbar o trabalho das ONG e continua a contribuir para a crescente atmosfera de suspeição e intolerância.

São ainda colocadas restrições à liberdade de circulação dos DDH, incluindo viajar. Em 2105, Ahmed Mansoor ganhou o Prémio Martin Ennels para Defensor de Direitos Humanos, mas as autoridades dos Emirados Árabes Unidos impediram-no de viajar até à Suíça para receber o prémio.

DISCRIMINAÇÃO DE DDH

Os DDH das mulheres estão em particular vulnerabilidade. À violência de que são alvo, no caso de serem mulheres, acresce o facto de trabalharem sobre temas como saúde sexual e reprodutiva. Defenderem os direitos das mulheres e meninas torna-as mais expostas a ameaças e ataques quer pelo seu trabalho e ativismo, quer por serem elas próprias mulheres.

Também os DDH LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, intersexo) são alvo de redobradas violência e perseguição pelos estados ou por particulares. Devido às suas atividades como DDH, por serem LGBTI ou, simplesmente, pela discriminação que sofre quem é associado a essa causa.

Os jovens DDH enfrentam discriminação com base na idade. O estereótipo geral vê-os como irresponsáveis e imaturos, mas os jovens e os grupos de jovens da sociedade civil são, muitas vezes, os agentes da mudança que dão um contributo fundamental para os direitos humanos.

Contudo, continuam suscetíveis a perseguições e a restrições às suas atividades.

Os Defensores de Direitos Humanos dão-nos o exemplo. Colocam o sentido de justiça acima do medo e demonstram uma coragem absoluta. São eles que inspiram outros e que devem ser reconhecidos e protegidos.

Devemos usar a nossa liberdade para tornar o espaço dos defensores mais seguro. Por esta razão, é importante que cada vez mais pessoas se envolvam na campanha BRAVE e no trabalho da Amnistia Internacional.

DECLARAÇÃO DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS (DDH)

A Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos, foi adotada por unanimidade a 9 de dezembro de 1998.

A declaração não cria novos direitos e obrigações, antes articula os existentes e aplica-os ao exercício e situação particular dos DDH.

Reconhece o seu papel na defesa e promoção dos direitos humanos que frequentemente os expõe a riscos acrescidos e específicos tendo, por isso, maior necessidade de medidas a pensar na sua proteção.

Também responsabiliza os estados pela proteção dos DDH, incluindo de impedir e investigar alegações de violações de direitos humanos e abusos cometidos contra eles no decorrer do seu trabalho e garantir que o possam realizar num ambiente seguro e favorável.

Infelizmente, vinte anos depois, poucos são os estados que implementaram o espírito da declaração.

DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS – O PAPEL DE CADA UM

Cada pessoa tem o poder de, com pequenos gestos, desencadear grandes mudanças. Devemos usar a nossa liberdade para ajudar a tornar o mundo um lugar onde todas as pessoas usufruam plenamente de todos os direitos humanos.

Em 2018, podemos contribuir para esta mudança. Vamos libertar o BRAVE que há em cada um de nós.

JUNTAR-SE À AMNISTIA

Quer seja online, numa ação de rua, evento público ou numa estrutura local, existem muitas formas de ajudar a libertar pessoas e a trabalhar para denunciar as violações de direitos humanos.

Usando o poder da sua assinatura para assinar petições no site da Amnistia ou juntando-se a um grupo local na sua área de residência. Participando nas ações de rua ou aproveitando eventos seus para divulgar os casos denunciados pela Amnistia. São tudo formas de trabalhar e divulgar os direitos humanos.

RECEBER E DIVULGAR A INFORMAÇÃO DA AMNISTIA

A Amnistia em Portugal tem um novo site. Com ele, queremos facilitar o acesso à informação e fazer crescer o universo de ativistas e de pessoas que seguem o nosso trabalho na defesa dos direitos humanos.

Nunca é de mais lembrar que a leitura da revista e da informação regular que é enviada para o email constitui um capital fundamental para a defesa dos direitos humanos. Visite www.amnistia.pt.

SEGUIR A AMNISTIA NAS REDES SOCIAIS

As redes sociais são um bom exemplo de como podemos fazer chegar a mais pessoas o que defendemos e por quem trabalhamos. Por outro lado, pode ser também o local onde nos deparamos com pessoas hostis e com agenda própria que usam as redes para desinformar e atacar. A solução é receber a informação da Amnistia Internacional, é a melhor forma de defender os direitos humanos.

SABER IDENTIFICAR *FAKE NEWS*

Recentemente, a Amnistia juntou-se à plataforma colaborativa Truly. Media com o objetivo de combater as *fake news*, através do uso de técnicas de verificação digital identificar e distinguir posts fraudulentos nas redes sociais. Esta plataforma, é uma ferramenta pensada para ajudar o trabalho de verificação de vídeos, imagens e outros conteúdos em tempo real de forma que possam ser usados para denunciar e confirmara violações dos direitos humanos. Para saber mais sobre esta ferramenta, pode consultar http://bit.ly/AgainstFakeNews

©Amnesty International

SER BRAVE É.... POSSÍVEL!

Participantes do Encontro de Jovens

©Amnistia Internacional

A Emília, o Mário e o Rafael foram três dos participantes do 18.º Encontro de Jovens da Amnistia Internacional, que se realizou de 17 a 19 de novembro, na Tocha.

Vieram de locais como Lisboa, Mangualde ou Costa da Caparica, por iniciativa própria ou organizados em grupos de escolas, tal como os restantes 50 participantes.

Alguns já conheciam a Amnistia Internacional (AI) e outros tinham dúvidas sobre como funcionava a organização.

Mas todos ficaram a saber mais sobre direitos humanos, sobre a AI e sobre o que podem fazer para respeitar e promover os direitos humanos. E todos aprenderam que ser BRAVE está ao alcance de toda a gente!

"Born to be Brave" foi o mote deste encontro, no qual a nova campanha sobre os Defensores de Direitos Humanos preencheu grande parte do programa.

Além da reflexão pessoal sobre o que nos leva (ou não) a agir em defesa dos direitos humanos, o encontro proporcionou a partilha na primeira pessoa de histórias de coragem e determinação. Histórias contadas por quem viu os seus direitos violados e utilizou essa experiência para dar mais um passo em frente: sair em defesa dos direitos humanos, seus e dos outros.

Ouvimos as histórias de Ahmad Omar, um jovem refugiado sírio, de 22 anos, que vive em Portugal desde maio de 2016.

Ouvimos também as histórias do finlandês Sakris Kupila, defensor dos direitos transgénero, com quem conversámos via Skype, e do jornalista e ativista angolano Sédrick de Carvalho, um dos 17 prisioneiros de consciência que esteve preso em Angola pelo exercício do seu direito à liberdade de expressão. Todos eles inspiraram os participantes a querer fazer mais e a descobrir o Brave que certamente existe dentro deles.

E, porque depois da sensibilização vem a prática, o encontro promoveu também a aprendizagem sobre a organização, a dinamização de ações e a criação de grupos de estudantes ativistas nas escolas.

Para que, no futuro, os 53 jovens participantes deste Encontro de Jovens contagiem outros tantos.

Para tal, apresentaram de formas bastante criativas (teatro, música, mímica, dança ou sombras chinesas) os cinco casos da Maratona de Cartas de 2017, também eles defensores de direitos humanos que se encontram em risco.

Houve ainda espaço para concretizar uma ação para as redes sociais: um "megafone humano" que ecoa a mensagem de que juntos podemos ser mais fortes e, claro, BRAVES!

Missão cumprida? Diríamos que sim, mas nada como ouvir da Emília, do Mário e do Rafael, o que representou para eles esta experiência.

Fotos: ©Amnistia Internacional

O QUE APRENDESTE NESTE ENCONTRO?

Emília: Há um número de coisas que aprendi que não consegui ainda assimilar, porque está tudo a acontecer... mas uma coisa que definitivamente aprendi foi que, muitas vezes, a minha falta de ação não vem da falta de ideias, mas mais de como operacionalizar determinadas ideias que me surgem.

O QUE TE MARCOU MAIS NESTE ENCONTRO?

Mário: O que me marcou mais foram sem dúvida as conferências (testemunhos). É quase impossível noutro lado ter uma experiência tão próxima destes casos... influenciou-me bastante e vai influenciar bastante o meu futuro.

QUE MENSAGEM DARIAS AOS JOVENS QUE NÃO VIERAM OU QUE NÃO CONHECEM O TRABALHO DA AI?

Rafael: Diria que vale bastante a pena virem aqui [ao Encontro de Jovens] porque aprendem mais, não só sobre vocês como também sobre as outras pessoas que precisam de ajuda.

A sua assinatura tem mais força do que imagina

NAS PÁGINAS CENTRAIS DA REVISTA ENCONTRAM-SE OS POSTAIS QUE DEPOIS DE ASSINADOS DEVEM SER ENVIADOS PARA AS RSEPATIVAS MORADAS

GUINÉ EQUATORIAL
CARTUNISTA ALVO DE ACUSAÇÕES FALSAS DEVE SER LIBERTADO

Ramón Esono Ebalé foi detido em Malabo, na capital da Guiné Equatorial, quando saía de um restaurante, no dia 16 de setembro de 2017. Foi algemado, tiram-lhe o telemóvel e foi levado para uma esquadra onde foi interrogado. Os agentes disseram-lhe que os cartunes que fizera e que partilhara na Internet poderiam ser considerados difamatórios. A 19 de setembro, a televisão estatal noticiava que Ramón tinha sido acusado de liderar uma organização envolvida em lavagem de dinheiro e contrafação. No dia seguinte foi levado a tribunal, contudo ainda não recebeu acusação formal. Ramón é um cartunista e ativista que usa o seu trabalho para criticar a situação de direitos humanos no seu país. Em 2014 publicou um livro de cartunes, "O pesadelo de Obiang" onde denunciava, além dos abusos de direitos humanos cometidos pelo Estado, a desigualdade e o facto das pessoas terem medo de falar contra o governo.

VAMOS ESCREVER AO PRESIDENTE DA GUINÉ EQUATORIAL, PEDINDO QUE LIBERTE IMEDIATAMENTE RAMÓN ESONO EBALÉ E QUE SEJAM RETIRADAS TODAS AS ACUSAÇÕES CONTRA ELE. ASSINE O POSTAL QUE SE ENCONTRA NAS PÁGINAS CENTRAIS E ENVIE PARA A RESPETIVA MORADA.

Colegas, amigos e familiares acreditam que a detenção e as acusações são uma estratégia para desacreditar o seu trabalho. Encontra-se na prisão de Black Beach, em Malabo.

©Ramón Esono Ebalé

©DR

CHINA
AS AUTORIDADES DEVEM CESSAR A PERSEGUIÇÃO A NI YULAN

VAMOS ESCREVER AO GOVERNO CHINÊS PEDINDO QUE PAREM A PERSEGUIÇÃO A NI YULAN E QUE LHE PERMITAM CONTINUAR O SEU TRABALHO NA DEFESA DO DIREITO À HABITAÇÃO. ASSINE O POSTAL QUE SE ENCONTRA NAS PÁGINAS CENTRAIS E ENVIE PARA A RESPETIVA MORADA.

Ni Yulan, uma ex-advogada e ativista do direito à habitação, na China, viu a sua casa ser demolida pouco antes dos jogos olímpicos de Pequim. Não se aquietou, resistiu – educou os vizinhos sobre os seus direitos e fez campanha a favor de outros residentes desalojados e deslocados. O seu ativismo desagradou às autoridades chinesas que a prenderam por defender o direito à habitação.

Apesar de ter sido distinguida internacionalmente pelo trabalho corajoso, Ni Yulan tem enfrentado quase 20 anos de perseguição, desalojamentos e vigilância.

Numa das ocasiões, a polícia torturou-a de forma tão brutal, que lhe partiram os pés, esmagaram-lhe a rótulas, deixando-a confinada a uma cadeira de rodas para o resto da vida.

"O comportamento do Governo atraiu a atenção mundial. Eles é que deviam ter medo." Ni Yulan

MARROCOS
A PERMANÊNCIA EM PRISÃO SOLITÁRIA É DESUMANA E DEVE ACABAR.

Nasser Zefzafi e Hamid El Mahdaoui estão presos em solitária, sem qualquer contacto humano, há meses. Ambos foram condenados por terem protestado.

Hamid El Mahdaoui é jornalista e foi preso em julho de 2017, depois de ter participado num protesto. Desde então, tem sido mantido em solitária com autorização para sair da cela apenas 30 minutos por dia. Do mesmo modo, Nasser Zefzafi, o líder do movimento popular de justiça social Hirak Rif está em prisão solitária há mais de 150 dias. Esta situação configura tortura e deve parar.

Como forma de protesto pela prisão dos manifestantes e pelo seu tratamento na prisão, vários presos iniciaram uma greve de fome. Para os pressionar a parar a greve de fome, os guardas prisionais começaram a levar a cabo ataques de represália. Foram alvo de buscas, nus, as suas celas foram revistadas, os seus pertences foram confiscados e impediram-nos de contactar os familiares.

VAMOS ESCREVER MINISTRO DA JUSTIÇA DE MARROCOS PEDINDO O FIM DA PRISÃO EM SOLITÁRIA DE NASSER E DE HAMID. EXPRESSAR OPINIÕES E PROTESTAR CONTRA MAUS-TRATOS NÃO É CRIME. ASSINE O POSTAL QUE SE ENCONTRA NAS PÁGINAS CENTRAIS E ENVIE PARA A RESPETIVA MORADA.

©Amnesty International

RÚSSIA
ATIVISTA LGBTI ACUSADA DE DIVULGAR PROPAGANDA HOMOSSEXUAL

A ativista russa Evdokia Romanova foi declarada culpada de difundir "propaganda homossexual" por ter publicado nas redes sociais artigos de temática LGBTI e foi condenada a pagar uma multa de 50 000 rublos.

A 18 de outubro, uma magistrada de Samara (Rússia) declarou Evdokia Romanova culpada após um julgamento que durou quase cinco horas e se realizou à porta fechada, violando as normas previstas para julgamentos justos.

A polícia não apresentou provas conclusivas de que Evdokia Romanova tivesse cometido um "delito" e teve dificuldades para definir o que constitui "propaganda". Também durante a audiência se tornou claro que os agentes do Departamento de Luta contra o Extremismo tinham estado a vigiar Evdokia Romanova nos últimos quatro anos e que tinham mantido sob observação a sua atividade nas redes sociais.

A "Lei de propaganda homossexual" foi aprovada na Rússia em 2013 e, desde então, vários ativistas LGBTI foram multados com recurso a ela. Em junho de 2017, estes casos foram levados ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos, que decidiu que a Rússia tinha violado os artigos 10 (liberdade de expressão) e 14 (proibição de discriminação) da Convenção Europeia e devia indemnizar os ativistas. A Rússia apelou da decisão.

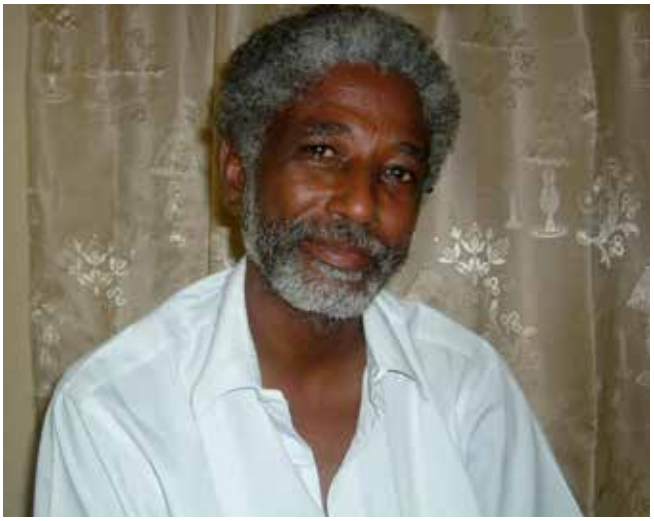
©DR

VAMOS ESCREVER ÀS AUTORIDADES RUSSAS PEDINDO QUE ANULEM IMEDIATAMENTE A SENTENÇA DE EVDOKIA ROMANOVA E QUE REVOGUEM A "LEI DE PROPAGANDA HOMOSSEXUAL". ASSINE O POSTAL QUE SE ENCONTRA NAS PÁGINAS CENTRAIS E ENVIE PARA A RESPETIVA MORADA.

A sua assinatura pode salvar vidas

TODOS OS DIAS EM VÁRIAS PARTES DO MUNDO, HÁ PESSOAS CUJOS DIREITOS HUMANOS SÃO VIOLADOS. EM CADA EDIÇÃO DA REVISTA DAMOS A CONHECER ALGUMAS DELAS E PEDIMOS QUE QUEM LÊ ESTES CASOS NÃO FIQUE INDIFERENTE, QUE ASSINE E ENVIE OS POSTAIS QUE ESTÃO NAS PÁGINAS CENTRAIS. ESTES POSTAIS VÃO JUNTAR-SE A OUTROS ENVIADOS DE OUTROS PAÍSES. O RESULTADO É O QUE PODE CONSTATAR NESTAS PÁGINAS.

DR. MUDAWI EM LIBERDADE



©DR

Mudawi Ibrahim Adam, prisioneiro de consciência e um dos defensores de direitos humanos(DDH) visados na campanha BRAVE, foi libertado no final de agosto. Dr. Mudawi, como é conhecido, é um DDH que denuncia e sensibiliza para as violações dos direitos humanos no Sudão, particularmente no Darfur. A boa notícia foi conhecida no final de agosto.

Passou oito meses na prisão, acusado de seis crimes que incluíam "minar o sistema constitucional" e "começar uma guerra contra o Estado", que configuram condenação à pena de morte ou prisão perpétua. As acusações contra ele foram todas retiradas. O caso do Dr. Mudawi foi alvo dos apelos mundiais da revista AGIR nº 5. Obrigado a todos quantos enviaram os postais assinados.

OS 10 DE ISTAMBUL EM LIBERDADE

©Amnesty International

Os 10 defensores dos direitos humanos que se encontravam presos desde julho, acusados de "pertença a uma organização terrorista", foram colocados em liberdade condicional. A decisão do tribunal foi conhecida em 25 de outubro e foram libertados nesse mesmo dia.

Esta boa notícia não nos faz esquecer que ainda persistem as acusações injustas contra os 10 defensores e que também Taner Kılıç, Presidente da Amnistia Internacional da Turquia, permanece preso, também acusado de "pertença a uma organização terrorista".

Ambos os casos vão continuar a ser monitorizados por nós e mantemos a mobilização, por isso, pedimos que assinem e partilhem a petição que se encontra no nosso site. http://bit.ly/TurquiaLiberdadeDDH

ATRIBUÍDA COMPENSAÇÃO A OMAR KHADR

Em julho, o governo canadiano pediu desculpa e atribuiu uma compensação ao cidadão canadiano Omar Khadr pelo papel do Canadá nos abusos sofridos por ele ao longo de 13 anos. As forças armadas norte-americanas capturaram-no no Afeganistão, quando era uma criança-soldado de 15 anos de idade. Foi torturado, sujeito a prisão arbitrária e a julgamentos injustos sob custódia norte-americana, primeiro no Afeganistão e mais tarde na Baía de Guantánamo. Em 2012, no seguimento de um acordo judicial, foi transferido para custódia canadiana e libertado sob fiança, em 2015, com base num recurso apresentado da sua condenação em Guantánamo.

O governo canadiano tinha-se recusado, até agora, a respeitar os direitos de Omar. A Amnistia Canadá nunca desistiu e milhares de membros da organização realizaram ações a seu favor.

PASTOR, MISSIONÁRIO E ATIVISTA, LIBERTADOS

No Sudão, Petr Jezek, um jornalista e missionário, foi libertado em fevereiro. Nessa altura, regressou à República Checa. Hassan A. Kodi, um pastor e secretário-geral da Igreja de Cristo Sudanesa e Abdumonem Abdumawla, um ativista, foram libertados em maio. Os três foram libertados no seguimento de um perdão presidencial. Petr Jezek tinha sido condenado a prisão perpétua e os outros dois homens a 12 anos de prisão. Os três tinham sido presos em dezembro de 2015. Estavam a apoiar o tratamento médico de um estudante do Darfur que tinha sido atingido por um cocktail molotov, durante os violentos confrontos entre estudantes, em dezembro de 2013, na capital sudanesa, Cartum.

©DR

LIBERTADO PROFESSOR QUE TINHA SIDO RAPTADO

O professor universitário Dr. Salem Mohamed Beitelmal tinha sido raptado quando se encontrava a caminho do trabalho, tendo estado mantido em cativeiro, desde abril, nos arredores de Tripoli, capital da Líbia. Foi libertado no início de junho e está agora novamente junto da família. Na Líbia, os raptos são usados como recurso para obtenção de resgates, troca de prisioneiros e também usados ara silenciar opositores, jornalistas e defensores dos direitos humanos.

Um membro da família disse à Amnistia: "Agradecemos todas as vossas ações e acreditamos que foram a mobilização e as ações que realizaram em nome do Salem Beitelmal que o mantiveram vivo".

ATIVISTAS DOS DIREITOS LABORAIS LIBERTADOS SOB FIANÇA

Hua Haifeng, Li Zhao e Su Heng foram libertados sob fiança, a 28 de junho, em Ganzhou, na Província de Jiangxi, na China. Tinham sido detidos quando faziam investigações às condições laborais nas fábricas de sapatos de Huanjian, que produzem sapatos para a marca de Ivanka Trump, entre outras. Os três vão permanecer sob estreita vigilância policial, nos próximos 12 meses e a Amnistia irá continuar a monitorizar a situação.

"Foi o vosso apoio que permitiu à minha família ser mais determinada! Obrigado!"

©DR

Imagens: ©Amnesty Interantional

ANNA NEISTAT, DIRETORA DE INVESTIGAÇÃO DA AMNISTIA INTERNACIONAL

"CHEGÁMOS A UM PONTO EM QUE É MUITO DIFÍCIL ESCONDEREM-SE DE NÓS"

Já correu mundo de papel e caneta na mão, de ouvidos e olhos atentos, o coração aberto. Estudou Direito, fez jornalismo e com quase duas décadas de terreno a investigar violações de direitos humanos, Anna Neistat não trocava isto por nada, apesar de por vezes fantasiar que até era capaz de ser feliz como tanguera.

Tem algum pensamento recorrente quando está em missão?

Uma sensação que tenho sempre é sentir-me horrorizada com as coisas que as pessoas são capazes de fazer umas às outras e, ao mesmo tempo, sinto-me maravilhada com a determinação e coragem que mostram nas situações mais excruciantes. O pensamento que tenho recorrentemente é sobre a essência humana, porque sinto que estou exposta ao pior e também ao melhor que a humanidade tem. É a justaposição das duas que constantemente me fascina.

Acha que é isso que faz um bom investigador de direitos humanos?

O que me move, e creio ser o que move muitos investigadores, é a ira e a afronta que sentimos e que, depois, se traduz no trabalho incansável para descobrir a verdade e a documentar meticulosamente – é algo que podemos fazer para combater a injustiça e garantir que os maus não saem a ganhar. É também algo em que estamos conscientes que não o fazemos sós, de que somos um meio para tornar visíveis as pessoas que o fazem, em primeiro lugar, e a que nos referimos como vítimas. Eu não gosto nada dessa palavra – vítimas; percebo que tem um significado legal específico,

mas tento não a usar... São homens e são mulheres, Fatimas e Ahmeds e Natashas; têm nomes e vidas muito para além do estado de vítima. Ser vítima de uma violação de direitos humanos é algo que lhes aconteceu, mas não o que os define. A inspiração que nos dão com a sua capacidade de lutar, por não desistirem, põe o nosso contributo em perspetiva.

Como gere as emoções quando está a entrevistar estes homens e estas mulheres? Chora às vezes?

Não é frequente, não sou muito chorona, mas creio que todos nos comovemos. Quando perdemos a empatia é altura de refletir sobre o que estamos a fazer. Mas é igualmente importante termos controlo das emoções. O nosso objetivo é claro: estamos a pedir a alguém que passe pelo trauma de novo, para nos contar o que lhe aconteceu, e se nos deixarmos dominar pelas emoções não obtemos os factos. O que está em jogo é muito importante, não se pode esquecer uma pergunta devido à comoção, não se pode ficar com o raciocínio toldado e ser induzido em erro ou interpretar mal a informação porque isso põe em causa o propósito de investigar diligentemente e, subsequentemente, põe em risco o sucesso da missão que é o de melhorar a vida das pessoas e pôr fim a impunidades.

A investigação acarreta também riscos pessoais graves e há situações em que podem ser impedidos de fazer o vosso trabalho. Como se lida com estes cenários?

Em contextos de conflito armado há riscos muito claros de ferimentos e mesmo de morte, pelo que pomos muitos esforços na avaliação de segurança e nos treinamos para ambientes hostis. A segurança dos investigadores, e das pessoas com que trabalhamos no terreno, motoristas, tradutores, consultores locais, e das nossas testemunhas, e da informação que nos é dada, tudo isso é muito importante. Temos também vindo a desenvolver cada vez mais métodos para conseguir fazer sair informação de onde não nos é permitido ou não é seguro irmos: a monitorização por satélite, o uso de drones, a auscultação das redes sociais, muitas técnicas além da abordagem remota clássica de falar ao telefone com as pessoas. Isto cria outros desafios, mas chegámos a um ponto em que é muito difícil esconderem-se de nós. O trabalho de investigação evoluiu de forma drástica nos últimos dez a 15 anos.

A sua primeira missão de investigação em direitos humanos foi mais ou menos há esse tempo, tinha 25 anos. O que a encaminhou para esta atividade?

Comecei até mais cedo, aos 18 anos, como jornalista na rádio Ecos de Moscovo, num programa sobre direitos humanos. Crescer nos anos 80 na União Soviética teve enorme influência – ironicamente foi uma sorte, porque sei muito bem como é um sistema totalitário, sem liberdade de expressão nem de reunião, sem liberdades civis e onde as pessoas são presas sob acusações com motivação política. Senti que tinha de contribuir para a mudança: fiz jornalismo, criei a minha própria organização não-governamental [monitorizava prisões na Rússia]. Foi uma fortíssima vacina de esperança, contra o ceticismo. O grande choque foi na primeira missão de terreno, na Tchetchénia e na Inguchétia, onde vi o que apenas tinha lido em livros: mortes e violações em larga escala, tortura. Foi também o momento em que nunca mais hesitei sobre o que queria fazer na vida... embora fantasie às vezes que podia ser muito feliz a dançar o tango em Buenos Aires (risos). Tenho muita sorte em fazer o que faço, há um propósito, um significado, e é também uma recompensa imensa por todas as pessoas que tenho a oportunidade de conhecer, desde as testemunhas aos ativistas da Amnistia Internacional com os quais sinto o verdadeiro poder deste movimento e a força mobilizadora desta ideia de que todos nós podemos fazer a diferença.

Pode ler a entrevista completa em: https://www.amnistia.pt/revista/

©Gil Alvaro de Lemos

Uma festa BRAVE!

A meio do verão chegou-nos a notícia de que o Grupo de Leiria tinha sido uma das Estruturas selecionadas para integrar a fase de teste do projeto "BRAVEMOBILE", a carrinha que andou a divulgar a nova campanha BRAVE, dedicada à valorização e proteção dos Defensores de Direitos Humanos.

Em Leiria temos um carinho especial por este projeto e, portanto, a somar à satisfação, surgiu, no nosso grupo, um sentimento de responsabilidade, que nos levou a pensar de forma mais ambiciosa e que acabou por se tornar no empurrão de que precisávamos para arregaçar as mangas e pôr em marcha uma velha ideia!

Essa ideia, tão antiga quanto o nosso grupo, era simples: criar, em Leiria, um evento totalmente direcionado e dedicado à temática dos direitos humanos(DH). E, assim, nasceu a "Festa dos Direitos Humanos"! Num 28 de outubro anormalmente quente, entre música, vídeos, atividades para crianças e a indispensável assinatura de petições, houve dois momentos centrais: uma palestra com o tema "Direitos Humanos em Leiria", em que quisemos homenagear aqueles que, localmente, trabalham pela promoção e implementação dos DH... e a apresentação da campanha BRAVE, com a presença do nosso Diretor Executivo, Pedro Neto, e a participação por videoconferência de Rodrigo Mundaca, lutador incansável pelo acesso à água no Chile e um dos BRAVE que a AI Portugal adotou.

No final, o balanço foi muito positivo: a Festa foi, tal como queríamos, ao mesmo tempo uma celebração, uma homenagem e um momento de mobilização. E, cada um destes objetivos, é, a nosso ver, fundamental! Temos de ser gratos pelo facto de os DH serem realidade para muitos; temos de ser humildes e valorizar aqueles que, por necessidade ou amor à Justiça, dão muito mais do que nós, são verdadeiramente BRAVE e não se conformam, não se calam, pondo o conforto, a segurança, a liberdade e por vezes a própria vida em risco por todos; mas temos também de perceber que as duas primeiras não chegam. Para além de agradecer e de aplaudir, temos de compreender que as mudanças, para serem reais e duradouras, não podem ser feitas por indivíduos, antes por movimentos, e que não há movimentos sem o envolvimento e compromisso de muitos.

Nesta era em que parece estar tudo em jogo é fundamental que cada um de nós perceba que ficar de fora, a aplaudir os BRAVE, simplesmente já não chega. Se queremos um futuro com DH, vai ser preciso que todos e cada um chame a si a responsabilidade de defender esta causa que nos une e que queremos preservar.

Porque o mundo não se faz sozinho... Quem o faz somos nós!

Por: José Tavares, Coordenador do Grupo de Leiria da Amnistia Internacional

BRAVE em Coimbra

No passado dia 29 de outubro de 2017, a Carrinha BRAVEMOBILE esteve em Coimbra para mais uma iniciativa de divulgação da Campanha Global Brave da Amnistia Internacional.

A campanha Brave visa sensibilizar a população em geral para a importância dos ativistas e da defesa dos seus direitos humanos, pois, estando eles na fila da frente da luta contra as violações dos direitos, são, muitas vezes, os primeiros ou dos primeiros a sofrerem as consequências dos atropelos.

Em Coimbra, estivemos na Praça da República, com uma exposição sobre violência contra a mulher, com diversas petições, com materiais de Merchandising da Amnistia Internacional e onde pudemos falar com as pessoas sobre o que é e o que faz a Amnistia Internacional.

Esta ação foi bastante interessante porque permitiu-nos contactar com pessoas de diferentes géneros, nacionalidades, origens sociais, idades e com sensibilidades diferentes para estas causas e sensibilizar diversas pessoas para a questão dos ativistas, realidade em que, normalmente, as pessoas não pensam, pois, regularmente os referenciados são apenas aqueles que estão diretamente implicados (vítimas ou agressores) na violação.

Enquanto grupo também tivemos uma experiência interessante, pois fomos abordados por diversas pessoas que vivem em situações mais desfavorecidas, que mostraram bastante interesse em ajudar e assinar as petições de forma completamente desinteressada, apesar de serem aqueles que, muito provavelmente, têm mais dificuldades e mais direitos violados.

Por Inês Avelãs, Coordenadora do Grupo de Coimbra da Amnistia Internacional

©Amnistia Internacional

PENICHE RIP CURL PRO

No passado dia 21 e 22 de outubro a Amnistia Internacional levou a BRAVEMOBILE até ao Rip Curl Pro de Peniche, a etapa portuguesa do campeonato mundial de Surf.

Onde, tal como em Leiria e Coimbra, levamos a campanha Brave e os direitos humanos junto das pessoas. Para reforçar a importância do trabalho dos defensores de direitos humanos, foi exibido o documentário "Capacetes Brancos" que mostra o trabalho de um grupo de voluntários, na Síria, que salva pessoas atingidas pelos bombardeamentos.

©Amnistia Internacional

Mais uma vez, estas ações só foram possíveis graças ao apoio dos parceiros deste projeto:

Ação pelo aniversário de Idil Eser, diretora da Amnistia Internacional Turquia durante o Encontro de Estruturas

©Amnistia Internacional

Encontro de Estruturas 2017

A Amnistia Internacional é um movimento de sete milhões de pessoas, que se organizam e mobilizam pelos direitos humanos, em todo o mundo.

Para ser eficaz, organiza-se localmente em cada secção nacional, pelas suas estruturas operacionais locais e temáticas, chegando à medida das suas capacidades à maior diversidade geográfica, diversidade temática e diversidade de setores profissionais. Desenvolvem trabalho de mobilização e envolvimento de pessoas de todos os quadrantes, numa ideia comum: abraçar as causas e casos de direitos humanos que a Amnistia Internacional trabalha em todo o mundo.

Para que o trabalho destas estruturas operacionais, levado a efeito por centenas de voluntários em Portugal, possa ter o maior impacto no que diz respeito ao ativismo, mobilização e envolvimento de pessoas, reuniram-se as mesmas com a equipa executiva e a direção da Amnistia Internacional, na cidade do Porto, entre os dias 22 e 24 de setembro último.

Com o objetivo de desenvolver uma forma de trabalhar mais concertada na globalidade, para que o nosso impacto nos Direitos Humanos seja mais consequente e assertivo, juntaram-se coordenadores, tesoureiros e responsáveis de comunicação das estruturas para, em sessões paralelas, trabalharem os mais diversos assuntos e frentes de ativismo da Amnistia Internacional. Houve tempo para a capacitação em várias vertentes: comunicação e campanhas, em trabalho de educação para os direitos humanos, capacitação no trabalho de boa e responsável gestão financeira dos nossos recursos materiais e foram ainda trabalhadas técnicas de angariação de fundos para estruturas.

Partilhou-se, ainda, com os voluntários, os primeiros passos do trabalho que se desenvolve ao nível da investigação em direitos humanos, na secção portuguesa da Amnistia Internacional.

Dedicou-se também tempo à importante partilha do trabalho desenvolvido ao longo do ano pelas estruturas operacionais, bem como à

capacitação para a nova campanha global pelos defensores de direitos humanos em risco – a campanha BRAVE (http://www.amnistia.pt/brave).

A visão que nos move é a de um mundo em que cada pessoa usufrua de todos os direitos plasmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros padrões internacionais de direitos humanos. Não importa quem seja, ou onde estiver.

A nossa Missão é investigar e agir de modo a prevenir e a pôr fim a abusos de direitos humanos e exigir justiça para aqueles cujos direitos tenham sido violados. Agimos, assim, através da mobilização global e da advocacia política.

A mobilização é a forma mais eficaz para mudar o mundo, é um trabalho a toda a escala. As estruturas operacionais são, assim, a chave para chegarmos a todos os sítios, a todas as pessoas.

Com liderança concertada e sustentabilidade, com vontade férrea e a certeza de muitos nos direitos humanos, a Amnistia Internacional cumprirá a sua missão e verá materializada no mundo a sua visão: um mundo onde todas as pessoas possam usufruir de direitos humanos.

JUNTE A SUA VOZ À NOSSA!

INTEGRE UMA ESTRUTURA OPERACIONAL.
GOSTARIA DE INTEGRAR UM GRUPO LOCAL DA AMNISTIA INTERNACIONAL – PORTUGAL?
CONSULTE AQUI OS GRUPOS LOCAIS MAIS PRÓXIMOS DE SI: HTTPS://WWW.AMNISTIA.PT/GRUPOS

CONTACTE-NOS VIA AIPORTUGAL@AMNISTIA.PT SE NA SUA REGIÃO NÃO EXISTIR NENHUM GRUPO.

Fotos: ©Amnistia Internacional

INÊS AVELÃS, COORDENADORA DO GRUPO DE COIMBRA

O que considerou mais significativo no Encontro de Estruturas?
O mais significativo do Encontro de Estruturas é de nele participarem pessoas dos diferentes grupos e núcleos das diversas zonas do país e de onde vêm pessoas das mais diferentes idades, origens e conhecimentos. Tudo isto permite que haja troca de conhecimentos e experiências, possibilitando, por sua vez, que cada grupo ou núcleo absorva aquilo que mais lhe interessa e que no final, quando volte, melhore o que poderia estar melhor.

De que forma podemos ter um maior impacto em direitos humanos no nosso país?
É fundamental que todos aqueles que trabalham para a AI Portugal trabalhem de forma organizada e, especialmente, concertada, pois, se não tivermos uma só voz e cada um fizer uma coisa diferente ninguém nos levará a sério e o impacto será muito menor porque seremos muito menos é faremos muito menos pressão ("a união faz a força").

MANUEL DE AZEVEDO COUTINHO, COORDENADOR DO NÚCLEO DE PENICHE

O que considerou mais significativo no Encontro de Estruturas?
O encontro de estruturas é um conceito de evento que já tem um significado fundamental para a vida das estruturas, permitir que exista um fórum de convívio inter-estruturas. Este teve de mais marcante e bonito o que representou para tantos grupos e núcleos que passam dificuldades. Depois de percebido que os problemas eram semelhantes abriu-se espaço para a união na dificuldade, trocaram-se ideias, soluções, conhecimento e mais importante renovou-se a esperança a quem já tinha pouca ou nenhuma, nestes eventos percebemos que não estamos sozinhos, que somos um todo, que somos uma Amnistia.

De que forma podemos ter um maior impacto em direitos humanos no nosso país?
É fundamental trabalharmos de forma concertada só assim alcançaremos, juntos, maior impacto em direitos humanos.

"OS ATIVISTAS DA AMNISTIA SÃO OS MEUS HERÓIS!"

Fotos: ©Amnistia Internacional

A Amnistia Internacional promoveu um evento para celebrar os direitos humanos, os seus defensores e a maratona de cartas. Decorreu no dia 8 de dezembro em antecipação ao Dia dos Defensores dos Direitos Humanos, na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa, e teve a participação de Moses Akatugba, um jovem nigeriano que é o testemunho do sucesso do trabalho da Amnistia Internacional.

Perante uma plateia silenciosa, Moses, contou como quando tinha 16 anos, em 2005, foi detido e acusado de assalto à mão armada. Como foi espancado pelos

polícias, torturado e coagido a assinar duas "confissões" previamente escritas. E de como essas confissões ditaram a sua condenação à morte. Como depois de o seu caso ter chegado ao conhecimento da Amnistia Internacional e de ter sido alvo de várias ações, tanto na campanha STOP Tortura como na Maratona de Cartas, recebeu um perdão presidencial e foi finalmente libertado em 2015, no dia de aniversário da Amnistia, dia 28 de maio. No final da intervenção, Moses afirmou que os membros e ativistas da Amnistia Internacional são os seus heróis. Prometendo continuar a ser um ativista de direitos humanos e a lutar pelos outros.

No mesmo evento, o investigador da Amnistia Internacional na Nigéria, Damian Ugwu, afirmou que o processo de Moses estava errado desde o início e que nunca deveria ter sido condenado à morte. Para além da pena de morte, da tortura e da violência policial, existem outras preocupações relativas aos direitos humanos naquele país.

O evento encerrou com a ação que contribuiu para a libertação de Moses Akatugba, a Maratona de Cartas, e com um apelo à assinatura das cartas relativas aos casos deste ano. É importante a participação de todos para podermos dar boas notícias, como sucedeu com Moses. Não deixe de participar em www.amnistia.pt/euassino/.

Conheça o caso de Moses Akatugba: http://bit.ly/M_Akatugba

©Amnistia Internacional

Moses agradece aos Xutos & Pontapés o apoio

Um dos eventos que a Amnistia organizou para promover a Maratona de Cartas, em 2014, foi o Live Freedom III. Um concerto que aconteceu no dia 10 de dezembro, no Teatro Tivoli, onde atuaram Linda Martini e os Xutos & Pontapés. Nesse ano, os casos adotados pela Amnistia em Portugal foram os de Liu Ping (China), de Chelsea Manning (E.U.A.), da comunidade de Mkhondo (África do Sul) e de Moses Akatugba (Nigéria).

Tal como tinha acontecido nas edições anteriores do evento, os artistas foram convidados a apoiar um dos casos. Os Xutos apoiaram o caso de Moses Akatugba.

Agora, Moses quis conhecer a banda, infelizmente já sem a presença de Zé Pedro, e fez questão de agradecer o apoio e abraçar cada um dos elementos.

TRÊS PERGUNTAS A MOSES AKATUGBA

Lembra-se da primeira vez que ouviu falar da Amnistia Internacional?
Soube, através do Jutine Ijeomah, que dirige uma organização não-governamental nigeriana de direitos humanos, que a Amnistia Internacional, uma organização que existe em muitos países, estava interessada no meu caso, mas nunca tinha ouvido falar.

O que diria a alguém que diga que assinar petições não muda nada?
Que é um grande erro. Não imaginam o impacto que têm as assinaturas. As cartas davam-me ânimo, sempre que as recebia, enquanto estive preso. Por isso, digo que podem usar a vossa caneta para continuar a assinar e a escrever [cartas] e continuar a salvar vidas.

Que conselho daria aos jovens que se queiram tornar ativistas de direitos humanos?
Quem se torna ativista de direitos humanos ajuda-se a si próprio a à sociedade que o rodeia. Temos de nos unir para [lutar para] que os direitos sejam usufruídos por todos. Porque, todos juntos, podemos mudar o mundo.

CONHEÇA A NOSSA EQUIPA

JOÃO LABRINCHA
ASSISTENTE DO PROJETO VOICE TO VOICE

Olá, ativistas.
O meu nome é João Labrincha e, defender os direitos humanos, trabalhando na Amnistia Internacional, sempre foi um sonho que quis e felizmente posso hoje realizar. Há mais de ano e meio comecei a trabalhar como assistente do Voice to Voice – quem mantém os vossos dados atualizados, vos telefona a dar as boas-vindas e a motivar-vos para participarem mais ativamente. Pouco depois, complementei este trabalho com o Face to Face, para onde tenho o orgulho de ter trazido centenas de ativistas, um movimento mundial de mais de sete milhões de pessoas. Aqui, consciencializei várias pessoas para a importância de transformarmos o mundo num sítio mais inclusivo e respeitador da diversidade humana.

Quando lerem este texto, estarei a realizar mais um sonho. Estarei a trabalhar como assistente de campanhas, em substituição temporária de uma colega. O meu entusiasmo não poderia ser maior! Porque poderei ajudar de forma ainda mais abrangente a mobilizar milhares de pessoas para o ativismo, num momento crítico para os direitos humanos que, por isso, exige de nós um esforço redobrado de ação, criatividade e resiliência.

No meu trabalho e vida pessoal nunca baixo os braços. Espero que, com esta mensagem e trabalho diário, a minha energia positiva seja capaz de vos contagiar a agir ainda mais. Até porque é muito fácil: já assinaram as cartas desta revista? Já partilharam nas redes sociais as petições do site? Não? De que estão à espera? A liberdade, a justiça e pessoas em todo o mundo que precisam urgentemente de ajuda estão à nossa espera. Agora é o momento!

©Amnistia Internacional

É O APOIO DAS PESSOAS QUE DÁ FORÇA AO TRABALHO DA AMNISTIA INTERNACIONAL E PERMITE A MUDANÇA.

Em Portugal, esta força, no final de outubro, vinha de 13.027 pessoas!

APOIANTES

9.987

MEMBROS

2.256

DOADORES PONTUAIS

784

CONCERTOS GIVE A HOME

No dia 20 de setembro, a música foi o veículo para levar mais longe a campanha Eu Acolho. A Amnistia juntou-se à Sofar Sounds para a realização de concertos secretos com mais de 1000 artistas, em mais de 300 cidades e 60 países. Esta iniciativa quis demonstrar que uma comunidade unida pelos mesmos valores de abertura e respeito mútuo pode ter um impacto positivo no mundo e, ao mesmo tempo, angariar fundos para o trabalho da Amnistia Internacional.

Em Portugal, os concertos realizaram-se em Coimbra, com a atuação dos Vaarwell, Analog Art Man e Rua Direita e em Lisboa, onde atuaram Tatanka, Trêsporcento e Noiserv. Houve, ainda, a participação de Ahmad, um refugiado sírio, que falou do seu percurso pela Turquia e pela Grécia até se instalar em Portugal, bem como do seu gosto pelo país, pelos amigos portugueses e da forma como se sente em casa.

©Amnistia Internacional

VOICE TO VOICE PARA LEVAR A MENSAGEM DA AMNISTIA MAIS LONGE.

Neste ano, e até à data, a nossa equipa do Voice to Voice deu as boas-vindas por telefone a cerca de 2500 novos apoiantes ou membros que se juntaram à AI Portugal. Estas chamadas são importantes para agradecer este passo de integrar o movimento, não só através do ativismo, mas também do apoio financeiro, que é fundamental para concretizar a missão da AI. Em todas as chamadas, aproveitamos para esclarecer questões e gostamos de verificar se os dados pessoais estão corretos, pois é de máxima importância que recebam a nossa informação para estarem a par dos temas abordados e para poderem também assinar os postais que constam nesta revista (reforçamos aqui o apelo, tal como fazemos por telefone). Muitas chamadas foram feitas, com intuitos diferentes, mas sempre com vontade de conhecer melhor quem nos apoia e apelar ao seu ativismo. Por isso, se do outro lado do telefone nos atendeu e conversou connosco, obrigado!

Este ano faça uma resolução
que dá visibilidade às violações
de direitos humanos.
Junte-se a nós!
WWW.AMNISTIA.PT